

Impasses da democracia no Brasil

De: Leonardo Avritzer

Impasses da democracia no Brasil.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Por: Cleyton Monte

Doutorando em Sociologia (UFC). Pesquisador do LEPEN (Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia). Professor da Faculdade Cearense.

Reconhecido por estudar as experiências de democracia participativa, o cientista político e professor da UFMG Leonardo Avritzer, presença marcante em fóruns, jornais e movimentos sociais, lançou *os impasses da democracia no Brasil*. A escolha do título já informa sobre o teor da obra. Escrita ao longo de 2015, o autor se propõe a refletir sobre o turbilhão de fenômenos políticos que ocorreram no período. Ao analisar a conjuntura, Avritzer vai além do imediatismo do noticiário e das polêmicas entre direita e esquerda, identificando os principais eixos da atual crise política: os limites do presidencialismo de coalizão e da participação política, os paradoxos do combate à corrupção, a

Impasses da democracia no Brasil

perda de status das camadas médias e o novo papel do Poder Judiciário na política.

Logo na introdução, lembra que a democracia brasileira, se comparada ao período anterior (1946-1964), nunca esteve tão forte. Do ponto de vista procedimental, conseguiu aprovar importantes medidas que ajudaram a estabilizar a economia num primeiro momento e, em seguida, contribuíram para redução significativa da pobreza. Entretanto, o cientista político chama atenção para os limites e custos do presidencialismo de coalizão: “a crescente fragmentação partidária; a desorganização administrativa gerada pela distribuição de cargos no governo; e a propensão à corrupção” (p. 11). Esse contexto ficaria evidente na profusão de ministros e ministérios desde a redemocratização, refletindo sobre a percepção da corrupção e servindo de combustão para as manifestações que ocorrem desde 2013.

Após uma vitória por margem reduzida no segundo turno nas eleições de 2014, Dilma Rousseff passou a enfrentar um Congresso Nacional ainda mais hostil e de feições conservadoras (o mesmo que aprovou a redução da maioria penal e a autorização do financiamento de empresas a partidos políticos). As dificuldades incluíam dialogar com uma oposição que votava tudo contra o governo e organizar a própria base aliada para aprovar medidas do ajuste econômico. O PMDB, principal partido da base aliada mostrava-se reticente, situação que só piorou com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados em 2015. Ao longo da obra, Avritzer afirmará que as causas desse entrave possuem uma natureza estrutural.

O capítulo um trata de esmiuçar aquilo que o autor acredita ser o maior problema enfrentado pelo presidencialismo de coalizão: a perda de legitimidade do processo decisório em

relação à opinião pública. Não por acaso é o eixo mais debatido ao longo do livro. Para o estudioso, o arranjo, ao mesmo tempo em que se tornou uma solução para o presidente que não conseguia uma maioria parlamentar nas eleições, dificultou a ampliação de uma agenda progressista no Brasil. O cenário se agravou a partir de 2013, quando o PMDB assumiu a “hegemonia do sistema política do país” (p. 30).

Na primeira gestão de Lula, as pastas da Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Cidades não entraram no loteamento de cargos, tão característico das coalizões, sendo as que produziram os resultados mais coerentes, sendo o Programa Bolsa Família o exemplo mais exitoso. Esse quadro foi mudando paulatinamente, principalmente após o escândalo do “mensalão”, levando o PMDB a condição de parceiro estratégico, contando com seis pastas no segundo governo Dilma. O autor enfatiza que a abertura de espaços para partidos reconhecidamente clientelistas (PMDB, PR, PTB e PP) ocuparem cargos no alto escalão, notadamente em importantes estatais como a Petrobrás, marcaram a crise do presidencialismo; reconhecendo que as mesmas siglas, incluindo nesse arranjo o PT, cobriam porcentagens sobre grandes contratos realizados com as maiores empreiteiras do país

No segundo capítulo, o autor apresenta o percurso da participação social na redemocratização, destacando seus limites. Avritzer argumenta que o país conseguiu construir instituições participativas nas áreas da saúde, planejamento urbano, meio ambiente e assistência social. Essas experiências se aprofundaram no decorrer dos governos petistas. Contudo, esses movimentos ocorreram, sobretudo, nas grandes cidades, não englobaram temas importantes como a integração racial e a segurança pública, além de não terem sido introduzidos na área de infraestrutura, alvo dos maiores investimentos com o PAC

(Programa de Aceleração do Crescimento) e principal foco da corrupção.

O capítulo três se dedica a compreender as manifestações que se iniciaram em 2013. Para Avritzer, esse fenômeno marcou a ruptura entre o campo político e a participação social e externou conflitos entre os movimentos sociais e o PT, especialmente os ambientalistas e indigenistas. Nessa linha, os manifestantes conseguiram usar com eficácia as redes sociais, desbloqueando o controle da imprensa tradicional e produzindo uma movimentação nacional. Algumas inovações são destacadas. Analisando o perfil dos manifestantes, o autor chama atenção para a presença da classe média e grupos escolarizados nesses atos. Apesar da multiplicidade de questões, os temas debatidos foram sendo alterados. Inicialmente voltados para a melhoria dos serviços públicos, deslocaram-se nos anos seguintes para a crítica ao governo Dilma e ao PT, como responsáveis diretos pela corrupção no país, aproximando diferentes grupos de oposição.

No capítulo quatro, Avritzer destaca a corrupção e sua relação com a democracia. A partir de pesquisas coordenadas pelo autor, demonstra que a cultura política começou a ser alterada lentamente nos últimos anos, uma vez que a população passou a se posicionar contra a prática corrupta. Ao longo do capítulo há uma exposição pormenorizada do fortalecimento, realizada pelos governos petistas, de instituições como o TCU (Tribunal de Contas da União), CGU (Controladoria Geral da União) e PF (Polícia Federal), responsáveis pela investigação de grandes escândalos políticos. Há também uma crítica à imprensa, que, segundo Avritzer, responsabilizou o PT pelos casos de corrupção (dando pouca atenção às denúncias envolvendo outros partidos), repercutindo fortemente sobre a classe média da região sudeste, que acompanhou o desenrolar desses escândalos.

O objeto do quinto capítulo é compreender a movimentação da classe média na contemporaneidade. Nele Avitser traça os posicionamentos desse grupo ao longo da história do Brasil, atrelando-o a criação do PT. O principal argumento do autor é que houve um divórcio entre o partido e importantes atores da classe média. Com a queda acentuada da pobreza e a constituição de uma classe média baixa, ocorreu uma acentuada mobilidade no mercado de trabalho, inflação no setor de serviços, explosão no preço da alimentação, aumento na competição por vagas no ensino superior e congestionamento dos planos de saúde. Esse grupo que, segundo Avritzer, foi perdendo status, passou a se distanciar do PT e se posicionar contra o governo.

Na conclusão, o cientista político prolonga o debate sobre os pontos levantados ao longo do texto, principalmente: os impactos da Operação Lava Jato e o ativismo do Judiciário, a força de Eduardo Cunha e a quebra da hegemonia do PT sobre o campo participativo. Apresenta uma crítica ferrenha ao Poder Legislativo, atribuindo-a uma feição conservadora pós-2014. O autor afirma que há uma nova direita no país: intolerante, conservadora e assumindo uma pauta abertamente antidemocrática, com segmentos defendendo uma maior presença dos movimentos religiosos no Estado e o retorno da ditadura militar. Assim, Avritzer destaca a importância do retorno ao progressismo social, que marcou a democracia brasileira nas últimas décadas, principalmente a movimentação da classe média.

Percebe-se que a obra se propõe a ser muito mais um ponto de partida do que de chegada. Não aprofunda alguns temas sugeridos pelo autor, tais como: o ativismo do Judiciário e os novos modelos de participação social. Consegue produzir uma importante avaliação dos dilemas enfrentados pelo PT. Sua maior contribuição reside na reflexão sobre as fragilidades do

Impasses da democracia no Brasil

presidencialismo de coalizão. Após a publicação do livro, o processo de impeachment da presidenta Dilma foi aprovado na Câmara dos Deputados, a crise econômica se ampliou, Eduardo Cunha foi afastado do cargo e Michel Temer, já ocupando a presidência da República, passou a liderar uma nova coalizão política no país, com a participação ativa do PSDB. Entretanto, as páginas de Avritzer, mesmo necessitando de maior aprofundamento, não perderam a relevância, pois os impasses da democracia brasileira continuam, uma vez que suas raízes são estruturais e precisam ser mais bem compreendidas.